



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Des. Milton José Neves

185 161

TERCEIRA CÂMARA CÍVEL – APELAÇÃO CÍVEL N.º 0190211-2

APELANTE: EDLAMY VILA NOVA DE ARAÚJO

APELADO: VIVO S/A

RELATOR: DESEMBARGADOR MILTON JOSÉ NEVES

ACÓRDÃO N.º 131/2010

EMENTA: DIREITO CIVIL E DO CONSUMIDOR. AÇÃO INDENIZATÓRIA. HABILITAÇÃO DE LINHA TELEFÔNICA EM NOME DA AUTORA, REQUERIDA POR TERCEIRO. INCLUSÃO INDEVIDA EM CADASTRO RESTRITIVO DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO. DANO MORAL EVIDENCIADO. PEDIDO DE AUMENTO DO QUANTUM INDENIZATÓRIO. DESCABIMENTO. RECURSO NÃO PROVIDO. 1. Importa salientar que a responsabilidade civil abaliza suas diretrizes no art. 186 do Código Civil, aduzindo que “aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito”. 2. Dessa forma, a apelante deverá indenizar o dano a que deu causa, ante a inscrição indevida do nome do apelado nos cadastros restritivos de proteção ao crédito, causando-lhe transtornos e perda de crédito na praça sem justo motivo. 3. A sentença fixou valor indenizatório de acordo com os critérios da razoabilidade, pelo que não merece prosperar o pedido de aumento do quantum estabelecido pelo Juízo a quo.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que figuram as partes acima relacionadas, acordam os Excelentíssimos Senhores Desembargadores da Terceira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, na forma do relatório e votos constantes das notas taquigráficas a seguir, por unanimidade, negar provimento ao apelo.

Recife, 18 de maio de 2010. -


Des. Milton José Neves
Relator



186 162²

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Milton José Neves

TERCEIRA CÂMARA CÍVEL – APELAÇÃO CÍVEL N.º 0190211-2

APELANTE: EDLAMY VILA NOVA DE ARAÚJO

APELADO: VIVO S/A

RELATOR: DESEMBARGADOR MILTON JOSÉ NEVES

RELATÓRIO

Apelação Cível interposta por:

EDLAMY VILA NOVA DE ARAÚJO

Contra sentença proferida em:

Ação indenização por danos morais

Da lavra do Juízo da:

25ª Vara Cível da Comarca de Recife.

Na qual são partes:

EDLAMY VILA NOVA DE ARAÚJO (autora) e VIVO S/A (réu).

Discute-se na causa, em síntese:

A indenização por danos morais, em virtude de inscrição indevida da apelante no banco de dados negativo do SPC por iniciativa da empresa Vivo S/A.

O conteúdo da sentença pode ser resumido da seguinte forma:

Na análise dos autos, o juízo *a quo* constatou que o feito comportava



187 163

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Milton José Neves

julgamento antecipado, já que a demandada deixou transcorrer *in albis* o prazo para apresentar contestação, sendo-lhe aplicada a pena de revelia, reconhecendo-se, portanto, como verdadeiros os fatos expostos na inicial.

Entendeu o magistrado *a quo* que a inscrição indevida da apelante no cadastro restritivo de crédito configura hipótese de dano moral, exsurgindo a responsabilidade objetiva da empresa de indenizar a apelante.

Assim, considerando o transtorno por que passou a requerente e o tempo em que permaneceu com o seu nome negativado indevidamente, o juiz julgou precedente a ação, condenando a apelada ao pagamento da quantia de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) a título de danos morais.

As partes não suscitaram nenhuma preliminar.

No mérito, alega a parte apelante, em síntese:

Que a sentença proferida pelo Juízo *a quo* merece ser reformada, uma vez que o valor da indenização arbitrada pelo juízo *a quo* não foi considerada suficiente para reparar o dano sofrido pela apelante.

Requer, assim, a majoração do valor da condenação para a quantia de R\$ 8.000,00 (oito mil reais), mais honorários advocatícios e custas processuais, por considerá-la mais justa.

Em suas contrarrazões, a parte apelada aduz:

Que o teor da sentença apresenta-se irretocável, pelo que deve ser mantida por este Tribunal.

É o relatório. Feito que se submete à revisão.

Recife, 13 de maio de 2010.


Desembargador Milton José Neves
Relator



188 164

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Milton José Neves

VOTO

Ementa: Direito Civil e do Consumidor. Ação Indenizatória. Habilitação de linha telefônica em nome da autora, requerida por terceiro. Inclusão indevida em cadastro restritivo de proteção ao crédito. Dano moral evidenciado. Pedido de aumento do quantum indenizatório. Descabimento. Recurso não provido. 1. Importa salientar que a responsabilidade civil abaliza suas diretrizes no art. 186 do Código Civil, aduzindo que *"aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito"*. 2. Dessa forma, a apelante deverá indenizar o dano a que deu causa, ante a inscrição indevida do nome do apelado nos cadastros restritivos de proteção ao crédito, causando-lhe transtornos e perda de crédito na praça sem justo motivo. 3. A sentença fixou valor indenizatório de acordo com os critérios da razoabilidade, pelo que não merece prosperar o pedido de aumento do quantum estabelecido pelo Juízo *a quo*.

Fundamento juridicamente o meu voto, nos seguintes termos:

Em sede meritória, importa salientar que a responsabilidade civil abaliza suas diretrizes no art. 186 do Código Civil, aduzindo que *"aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito"*.

No caso dos autos, reputa-se indiferente intuir se a empresa ré agiu de forma negligente ou não ao permitir que fosse habilitada linha telefônica por terceiro em nome da autora, porque é certa a responsabilidade da empresa de telefonia que efetivou a habilitação da referida linha telefônica, já que a instituição tem responsabilidade objetiva pela qualidade e segurança do serviço que presta ao público.

Assim, se, na sua atividade de prestar determinado serviço, causou dano a terceiro, clara é a responsabilidade da ré de indenizar a vítima, independentemente de culpa, nos termos do art. 14 do Código de Defesa do Consumidor, que dispõe:



189 165

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Milton José Neves

O fornecedor de serviço responde, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos.

Ademais, na ótica do direito civil, a atitude do apelante foi de negligência, porque não agiu com os cuidados indispensáveis à segurança dos seus serviços, de modo a resguardar o bem-servir dos seus clientes.

Demonstrado, pois, o defeito no serviço prestado pela recorrida, indubitosa a concorrência de seu proceder para a concretização do evento fraudulento, pelo que se conclui afastado qualquer tipo de excludente da responsabilidade civil, em especial, o fato de terceiro.

Dessa forma, a apelada deverá indenizar o dano a que deu causa, ante a inscrição indevida do nome do apelado nos cadastros restritivos de proteção ao crédito, causando-lhe transtornos e perda de crédito na praça sem justo motivo.

Em que pese o grau de subjetivismo que envolve o tema da fixação do dano moral, em razão de não haver critérios determinados e fixos para a quantificação desta espécie de dano, a doutrina e tribunais nacionais mantêm o entendimento consoante o qual a indenização deve ser fixada com moderação, não se justificando que a reparação venha a constituir-se em enriquecimento ilícito. Desse modo, deve o arbitramento operar-se proporcionalmente ao grau de culpa e ao porte econômico das partes, assim como se deve considerar a extensão e a intensidade do dano, objetivando, outrossim, desestimular o ofensor a repetir o ato.

Assim, verifico que o *quantum* fixado a título de reparação por dano moral deverá ser mantido nos termos da sentença, eis que o importe de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) se apresenta consentâneo com a razoabilidade, avaliando-se as particularidades do caso concreto, bem como os parâmetros de fixação deste Tribunal.

Aponto, ainda, a jurisprudência aplicável ao caso:

EMENTA: INDENIZAÇÃO. EMPRESA DE TELEFONIA. HABILITAÇÃO DE LINHA TELEFÔNICA EM NOME DO AUTOR REQUERIDA POR



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Milton José Neves

190 166

TERCEIRO. NEGLIGÊNCIA DA EMPRESA NO MOMENTO DA CONTRATAÇÃO. NEGATIVAÇÃO DO NOME DO AUTOR. DANOS MORAIS CARACTERIZADOS. Age com culpa a operadora de telefonia ao contratar a habilitação de linha telefônica em nome de alguém, sem se certificar da veracidade das informações que lhe foram prestadas, via telefone, por terceiro. E, assim, realizada a inclusão indevida do nome do titular da linha em órgãos de proteção ao crédito, por dívida a que não deu causa, deve a empresa arcar com os danos morais por aquele sofridos. (TJMG, APELAÇÃO CÍVEL Nº 1.0145.08.469783-1/001(1), Exmo. Des. Duarte de Paula, 11ª Câmara Cível, DJ 13.05.2009)

EMENTA: AÇÃO DECLARATÓRIA C/C INDENIZAÇÃO - REGISTRO INDEVIDO DE NOME NO CADASTRO DE INADIMPLENTES - RESSARCIMENTO POR DANOS MORAIS - QUANTUM INDENIZATÓRIO - CRITÉRIOS. - Cabe à empresa de telefonia responder pelos danos morais decorrentes da inscrição indevida do nome da autora junto ao SPC, se não cuidou ela de verificar a veracidade das informações prestadas pelo solicitante da linha telefônica, da qual se originou o débito lançado no cadastro negativador. - Deve-se fixar o valor da compensação do dano moral com cautela e prudência, atendendo às peculiaridades próprias ao caso concreto, de modo que o valor arbitrado não seja elevado a ponto de culminar aumento patrimonial indevido ao lesado, nem demasiadamente inexpressivo, por desservir ao seu fim pedagógico, advindo do ordenamento jurídico atinente à espécie. (TJMG, APELAÇÃO CÍVEL Nº 1.0027.06.110651-7/001(1), Exmo. Des. Osmando Almeida, 9ª Câmara Cível, DJ 28.10.2008)

EMENTA: DIREITO CIVIL E CONSUMERISTA. APELAÇÃO CÍVEL. DANOS MORAIS. INSCRIÇÃO NO SERASA. DEMONSTRAÇÃO DO NEXO DE CAUSALIDADE. CONFIGURAÇÃO DE DANO MORAL IN RE IPSA. MANUTENÇÃO DO MONTANTE INDENIZATÓRIO. RECURSO IMPROVIDO. Terceira pessoa, alheia à demanda, apresentou CPF com número idêntico ao do Recorrido, objetivando contratar com a Recorrente, sendo inadimplente em suas obrigações; Resta inconteste a ausência de diligência da empresa Apelante quando possibilitou o cadastramento de CPF sem exigir o documento de identificação do cliente, prejudicando o Recorrido e acarretando sua inscrição indevida no cadastro de mal pagador, SERASA; Estando caracterizada a relação de causalidade entre



192 167

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Milton José Neves

a omissão da Apelante e os danos morais sofridos pelo Apelado, diante da indevida inserção do seu nome no cadastro do SERASA, quando inexistente qualquer dívida perante a Recorrente, tal fato enseja reparação pecuniária por danos morais in re ipsa - aplicabilidade do art. 14 do CDC; Manutenção do quantum fixado na sentença, no importe de R\$ 5.250,00 (cinco mil, duzentos e cinquenta reais), por atender os princípios da proporcionalidade e razoabilidade. (TJPE. Apelação Cível n.º 157435-8, Desembargador Relator Cândido José da Fonte Saraiva de Moraes, j. 11/2/2009).

Como resultado do meu voto:

Nego provimento ao apelo, ficando os termos da sentença irretocáveis.



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. **SILVIO DE ARRUDA BELTRÃO**
TERCEIRA CÂMARA CÍVEL

Apelação Cível nº 190211-2
Apelante – EDLAMY VILA NOVA DE ARAUJO
Apelado – VIVO S/A
Relator - DES. MILTON JOSÉ NEVES
Revisor - DES. SILVIO DE ARRUDA BELTRÃO

REVISÃO

Trata-se o presente, de Apelação Cível interposta por Edlamy Vila Nova de Araujo, irresignada com a sentença proferida pelo Juiz de Direito da 25ª Vara Cível da Capital, que nos autos da Ação de Indenização por Danos Morais, movida contra a NBT Norte Brasil Telecon, atualmente VIVO S/A, julgou a ação procedente e condenou a Apelada no pagamento da indenização em R\$ 4.000,00, por ter instalado linha telefônica indevidamente e remetido o nome da Apelante para o Serviço de Proteção de Crédito.

Entendo cabível a condenação estipulada, vez que a Apelada lançou indevidamente o nome da Apelante no cadastro de inadimplentes, consoante contrato elaborado em nome do Apelante, mas efetuado por terceiro, sem que a apelante dele tivesse conhecimento.

Essa conduta da Apelada foi danosa a Apelante, inclusive porque a Apelada não tomou os devidos cuidados em celebrar contrato, preparado por terceiro, em nome da Apelante, sem as cautelas de praxe.

O prejuízo é gritante e a responsabilidade da Apelada também restou configurada, todavia entendo que o valor fixado pelo Juiz sentenciante foi suficiente para cobrir o dano cometido.

Logo, não vejo razão para elevar o valor da indenização fixado, vez que compatível o dano causado a Apelante.

Assim, nego provimento ao apelo.

É como voto.

Recife,

13/5/10

Des. Silvio Beltrão
Revisor